

Cresce a renda familiar nos estados mais pobres

Rio - A desigualdade de renda per capita entre as famílias que vivem nas regiões urbanas mais pobres e as que moram nas áreas mais ricas do País diminuiu após o Plano Real. A renda familiar per capita dos quatro estados mais pobres cresceu 0,25% ao ano de 1987 a 1993, em média, mas quando se estende o período até 1995, a média de expansão anual da renda passa a ser de 1,51% ao ano. Já nos quatro estados mais ricos, de 87 a 93 a renda familiar caiu 2,85% ao ano e, incorporando-se os anos de 94 e de 95, o crescimento de renda para eles foi de apenas 0,32% ao ano.

Em compensação, as desigualdades entre os estados - e não entre as pessoas - está desde 1990 mostrando uma tendência a aumentar, o que muda uma tradição de 40 anos, e que era a de um lento encolhimento das disparidades regionais no Brasil. Isso é o que mostra o estudo "Desigualdades Regionais: indicadores sócio-econômicos nos anos 90", dos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (Ipea) Lena Lavinas, Eduardo Henrique Garcia e Marcelo Rubens do Amaral.

Apesar do avanço na cobertura do

fosso que separa quem vive em áreas ricas e quem mora em áreas pobres, os números ainda são dramáticos, já que a renda familiar per capita média nos quatro estados mais ricos (Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Roraima) era de R\$ 376,53 e a do grupo mais pobre (Maranhão, Piauí, Sergipe e Paraíba) limitava-se a R\$ 148,14 por mês. Quando se sai do terreno das médias, o quadro torna-se ainda mais desfavorável, pois o recebimento mensal per capita das famílias no Maranhão, o mais pobre, era de R\$ 102,98 em 95, ao passo que em Brasília (a área mais rica do País), era de R\$ 503,87. Nestes dois extremos não houve ganho para os menos favorecidos, pois se em 87 a renda per capita das famílias brasileiras era 4,31 vezes superior à das maranhenses, em 95 a vantagem em Brasília já era de 4,89 vezes.

Segundo Lavinas, no caso da renda familiar per capita, da década de 80 até 1993 houve uma redução da diferença entre regiões ricas e pobres, mas por causa de um "equilíbrio negativo": a diferença de renda familiar per capita caía porque estava havendo um empobrecimento acelerado nas regiões mais ricas.